

O Brasil deles é melhor

* CARLOS ALBERTO SARDENBERG

Agricultura brasileira, incluindo a criação de gado, sofre dois tipos de crítica por aqui: 1) destrói o meio ambiente, especialmente a Amazônia; e 2) por seu caráter capitalista-global, concentra renda, não emprega nem garante comida para os brasileiros.

A exportação de alimentos, em especial, é vista não como uma virtude, mas como um tipo de atraso econômico. Neste ponto de vista, o País não poderia ou não deveria ocupar no mundo o papel de “me-ro” exportador de comida e de matérias-primas (commodities) como o minério de ferro.

Tratados no exterior, esses temas viram de ponta-cabeça. Na edição desta semana, a revista *The Economist* não mede palavras. Em editorial e reportagem, observa que a agricultura brasileira é um milagre e sugere que outros países adotem o mesmo modelo para “alimentar” o mundo.

Ou seja, o caráter exportador de alimentos aparece como uma

virtude global, especialmente neste momento em que, diz a revista, prolifera mundo afora um “agropessimismo” – a sensação de que não há como, a humanidade não consegue se alimentar a não ser destruindo o planeta. O Brasil, diz a respeitada publicação, seria a alternativa: como produzir sem destruir.

Ter comida para exportar é, pois, um fator extremamente positivo neste ambiente global. O Brasil poderia alimentar o mundo pelas próximas décadas.

O mesmo tema, com abordagem parecida, surgiu durante um debate promovido na semana passada pelo HSBC brasileiro. O banco trouxe seus principais executivos da Ásia e um representante do governo chinês para debater as perspectivas de negócios Brasil-China, nas duas direções. Todos os participantes trataram de uma “complementaridade”: a China desesperadamente em busca de recursos naturais e o Brasil com abundância desses recursos.

Obviamente, a questão seguinte do debate estava posta: mas é essa a posição brasileira esperada, de fornecedor de alimentos e minério de ferro e importador de manufaturados e máquinas?

O representante do governo chinês Chen Lin, diretor do Ministério do Comércio, não entendeu. Mas qual problema existe aí? – foi sua primeira reação.

Explicados os contornos do tema, respondeu com franqueza. O ponto principal: recursos naturais estão escassos, especialmente para um país de 1,35 bilhão de habitantes que desejam produzir e enriquecer. Ter esses recursos é uma vantagem estratégica espetacular no mundo de hoje. E a prova disso, acrescentou, é que os preços dos produtos exportados pelo Brasil subiram extraordinariamente nos últimos anos. (Lembram-se dos reajustes de até 100% que a Vale conseguiu para seu minério de maior qualidade, o de Carajás?) E os produtos industrializados chineses, ao contrário, tiveram quedas de preços.

Executivos do HSBC da Ásia, Anita Fung e Che-Ning Liu observaram ainda que o Brasil simplesmente deveria aproveitar a bonança, os preços elevados de alimentos e commodities, em boa parte puxados pela voracidade da China. É um bônus do momento, notou Che-Ning Liu. E se o País acha melhor para o futuro produzir máquinas e tecnologias, o.k.,

exporte commodities hoje e junte os recursos para desenvolver novos setores.

Pagamos mais caro. Sobre o artigo da semana passada, *Pagamos mais caro. E agora?*, recebi esta colaboração do professor Carlos Pio, da Universidade de Brasília: “1) A excessiva proteção comercial do Mercosul foi uma imposição brasileira aos parceiros menos e tradicionalmente mais libe-

No discurso fora do País o caráter exportador de alimentos aparece como uma virtude global

rais. Ela é a maior responsável pelas diferenças de preços de produtos globais. No Peru, por exemplo, um Honda Civic custa US\$ 20 mil, enquanto custa o dobro aqui.

2) Os formuladores de políticas de desenvolvimento e os políticos professam uma crença enganosa de que a proteção comercial gera empregos no Brasil... Ora, a proteção encarece o produto produzido localmente (pela falta de concorrência, falta de liberdade para importar tecnologia e insumos), que acaba sendo

vendido quase que exclusivamente aqui mesmo (salvo quando o empresário leva um subsídio à exportação). Pois bem, os consumidores locais (família e empresas) têm de comprar mais caro o que existe disponível na economia internacional por preço muito mais em conta e, com isso, perdem bem-estar (as famílias) e competitividade internacional (as empresas). A acumulação de capital sai prejudicada. No conjunto, empobrecemos.

As empresas de aluguel de veículos têm de optar entre adquirir carros baratos e de má qualidade e os carros ‘nacionais’ de luxo mais caros do que no resto do mundo. Com a impossibilidade de importar, elas oferecem a seus clientes carros ruins e caros a preços internacionais e empregam menos pessoas do que poderiam se os carros tivessem preços competitivos e elas pudessem ter uma frota mais ampla em todo o território nacional. O resultado é que o emprego gerado nas cidades onde se instalam as montadoras é compensado pelo desemprego de potenciais trabalhadores de empresas que deixam de adquirir automóveis em quantidade maior e que se espalham por todo

o território nacional.

O burocrata acaba decidindo onde haverá demanda por emprego e por qual tipo de emprego, mas não é capaz de determinar um aumento geral do nível de emprego do País por meio da proteção comercial à indústria.

3) Câmbio flutuante e metas de inflação em nível internacional eliminam a possibilidade de crise cambial em decorrência da decisão de unilateralmente abrir a economia nacional às importações. Quanto mais se importar, mais o real se desvalorizará automaticamente, encarecendo as importações. Da mesma forma, se nenhum outro país comprar produtos e serviços de empresas brasileiras, não entram dólares aqui e o real fica muito barato, barateando os preços do que se exporta daqui e encarecendo os produtos estrangeiros. Que não há crise cambial em economias abertas ao comércio e com regime de câmbio flutuante e inflação baixa é um fato que poucos brasileiros reconhecem.”

* JORNALISTA. E-MAIL: SARDENBERG@CBN.COM.BR / CARLOS.SARDENBERG@TVGLOBO.COM.BR

Humor S.A.



Justiça fiscal e superávit primário

* CLÓVIS PANZARINI

Imposto é o preço que a sociedade paga para ser organizada. Sem ele não haveria governo, ente abstrato que tem o poder de reger uma sociedade política, exercer sua autoridade, distribuir justiça e segurança, promover, enfim, o bem-estar social. Ou seja, a alternativa ao imposto é o caos, a pré-civilização, a barbárie... Mas poucos cidadãos-contribuintes notam que são eles que arcam com o custo dessa organização, com cada centavo gasto pelo governo, da construção da autoestrada ao pagamento do Bolsa-Família, passando pelo carrear das refeições palacianas. Esse desconhecimento incentiva o governante a estufar o peito e proclamar, impune, barbaridades como “eu fiz”, “eu construí”, “eu distribuí”, “eu concedi”, quando na verdade é regamente remunerado para administrar – bem ou mal – a aplicação dos impostos.

Grande parte do povo, especialmente os desvalidos, tem o governante como um semideus, um ser desprendido que tira do próprio bolso os recursos que financiam as generosidades governamentais. É fato que o bom governante, que administra adequadamente e com justiça os recursos arrecadados, promove aumento no bem-estar social, ainda que tais recursos sejam amealhados por meio de tentáculos tributários, como no caso brasileiro são essencialmente injustos. Há antigo debate acadêmico sobre a forma mais eficaz de promover a justiça fiscal: se por meio de impostos ou do gasto público. Um sistema tributário justo há de ser progressivo, gravando mais pesadamente os mais ricos. No caso do Brasil, o sistema tributário é excessivamente regressivo e o orçamento dos cidadãos de renda mais baixa.

Isso ocorre porque na composição da justiça tributária predominam impostos indiretos, cuja ba-

se de incidência é o consumo, e têm natureza regressiva, pois tributam igualmente os desiguais: o imposto que incide sobre um prato de feijão, seja ele consumido por assalariado ou magnata, é sempre o mesmo. Nesse sentido, Estudo da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo mostra que as famílias com renda mensal de até 2 salários mínimos (SM) gastam com tributos 48,8% da renda, enquanto as que têm renda mensal acima de 30 SM suportam só 26,3% de carga tributária.

Mas a busca da justiça fiscal pelo lado do imposto não depende de reforma tributária, como muitos demagogicamente apregoam, mas da calibragem das alíquotas dos tributos diretos e indiretos. Uma singela redução das alíquotas do PIS/Cofins sobre alimentos e concomitante aumento do Imposto de Renda sobre os ganhos de capital, por exemplo, reduziriam a regressividade do

Nós, nossos filhos e netos teremos de honrar as novas dívidas para cobrir o déficit nominal

sistema, mas teriam efeitos colaterais indesejáveis. Ocorre que o agravamento na tributação sobre bases de incidência com grande mobilidade horizontal, como é o capital, ensinaria arbitragem dos agentes econômicos e poderia provocar fuga de investimentos do Brasil para outros países.

De outro lado, o consumo é uma base de incidência com pouca mobilidade e apresenta maior facilidade de coleta – na fonte de produção ou na cadeia de circulação –, o que explica a preferência injusta do governo para compor seu Orçamento. Da mesma forma, a redução da carga tributária, que hoje equivale a 35% do PIB, também não depende de reforma tributária, mas de calibragem para baixo de algumas (ou todas) alíquotas dos impostos. Destarte, não é de esperar que a busca da justiça fiscal possa ser feita com eficácia pela via tributária.

Também do lado da despesa pública não há muito que esperar em face do engessamento da estrutura de custeio do setor público do País, que deixa pouca margem para investimentos ou melhoria na qualidade dos serviços, o que ensinaria mais justiça fiscal. A despesa com salário do funcionalismo, blindado por direitos constitucionais, o déficit crônico da Previdência social e os juros da dívida pública comprometem parte substancial do orçamento público. Só os juros nominais da dívida pública, próxima de R\$ 1,5 trilhão, exigem do governo, ou melhor, de nós, contribuintes, o equivalente a 5,40% do PIB ou 15,5% da carga tributária.

E o que é pior, não há recursos fiscais para pagar todo esse juro: no fluxo de 12 meses até julho, o “superávit primário” – exótico conceito que mede a diferença entre a arrecadação total e gastos não financeiros do governo – equivaleu a só 2,03% do PIB, menos da metade das necessidades para pagar os juros (os tais 5,40% do PIB) e bem abaixo da meta de 3,3% estabelecida para este ano. A diferença, o déficit nominal de 3,36% do PIB, foi coberta com dívidas novas, que nós, nossos filhos e netos, haveremos de honrar. Verdadeira bola de neve!

Mas o governo alardeia – e a mídia repercute – que faz enorme esforço fiscal e gera “superávit primário” para pagar os juros da dívida. Esse “superávit primário” teria de ser 162% maior (cerca de R\$ 115 bilhões) para poder honrar todo o juro da dívida e zerar o déficit verdadeiro, o nominal. Enquanto isso, nosso rico e esbanjador governo anuncia faroênicos trens-bala e bilionárias festas esportivas nos próximos anos. E há quem ainda sonhe com redução da carga tributária e maior justiça fiscal.

* ECONOMISTA, SÓCIO-DIRETOR DA CP CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA. (WWW.CPCONSULTORES.COM.BR), FOI COORDENADOR TRIBUTÁRIO DA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Melhorar o trivial não nos abre um futuro confiável

* MARCO ANTONIO ROCHA

Resumo do quadro eleitoral é o seguinte: a turma da Dilma pré-festeja a vitória. Lula proclama que “Deus está com a gente” e o vice, Michel, grita que quer metade do governo. A turma do Serra, meio macabúzia com a trombada das pesquisas, resolve sair da retranca e pressionar o gol do adversário.

Mas são dois times na sombra do Lula.

A turma da Dilma (desculpem não mencionar nomes de partidos, pois são apenas “turmas”, ajuntamentos de pessoas para ganhar eleição) se alvoroça para saber como será o Ministério. E ela diz que o Ministério será, ao mesmo tempo, técnico e político. Nada de novo. A novidade é que, no PT, ministério tem de ter ideologia. Os “companheiros” técnicos, alguns de excelente nível, “aparelham” os Ministérios para imbuí-los de sua visão ideológica.

Essa turma promete aprofundar o trabalho de Lula. Não inovará, portanto. O trabalho de Lula foi dar continuidade a trabalhos iniciados em governos anteriores, com ênfase um pouco maior em alguns programas sociais.

Alguns analistas temem a vitória dessa turma. Achem que, na aliança governista, o projeto de poder absoluto e prolongado do PT se casa com a cupidez insaciável dos “grotões” da política pelo erário. Isso nos levaria a uma imitação da “ditadura perfeita” (expressão de Octavio Paz) que vigorou no México durante décadas sob o Partido Revolucionário Institucional (PRI). “Perfeita” porque se parecia com uma democracia, pois tinha eleições com diversos candidatos e até uma pálide oposição. No Brasil, o período dos governos militares também foi tido, por alguns analistas, como “ditadura perfeita”. Havia alternância regular de chefes de governo (trocas de generais), elei-

ções e até dois partidos concorrentes, o Arena e o MDB. Só que os militares brasileiros embarcaram em esquemas brutais de torturas e assassinatos contra militantes políticos, a conselho de “especialistas” em contrainsurgência americanos, cuja inépcia se revelou definitivamente no Afeganistão e no Iraque.

Em relação à turma de Serra, não há o temor de implantação de uma “ditadura perfeita”. Tem-se o voluntarismo errático, que caracteriza o personagem, e a indefinição como método, que caracteriza o seu partido. Mas o que ele tem prometido e proposto é fazer mais e melhor do que Lula, até com o slogan da sua campanha: “O Brasil pode mais...”

O engraçado, portanto, é que os dois candidatos à Presidência se propõem a continuar melhorando o que o governo já faz. Na verdade o que todos os governos fazem ou tentam fazer, ou seja, acelerar o ritmo de realizações,

Fazer mais do mesmo é do que falam todos os candidatos, mas nada sobre arrostar desafios

de obras, de criação de empregos: mais prédios escolares, mais postos de saúde, mais estradas, vicinais e principais, mais energia, mais policiamento, mais cadeias, mais tribunais, mais transporte público, mais isso, mais aquilo, etc. e tal. Tudo isso é muito necessário. Mas quem for eleito vai fazer muito pouco disso, porque não terá dinheiro. O governo brasileiro gasta quase toda a sua receita com o funcionalismo e com os juros da dívida pública. Sobra pouquíssimo para investir. Quando precisa investir, pega dinheiro emprestado, o que aumenta a sua dívida e o pagamento de juros.

Por isso, é estranho que os candidatos não falem e não proponham coisas que Lula não fez, que não custam dinheiro e que são absolutamente necessárias para que o Brasil tenha, de fato, um futuro inspirador: a grande

reforma do Estado brasileiro – das suas instituições, Legislativo e Judiciário; da sua política, partidos políticos e procedimentos; do seu sistema fiscal; do seu sistema educacional.

O Estado brasileiro entrou em pane. Sua ausência é quase geral, e sua pífia presença episódica só atrapalha quem quer produzir e se desenvolver. Basta sair às ruas e ver. Os bandidos não o temem; os funcionários públicos não lhe dão bola; a população não acredita nele; os sonegadores debocham dele; os professores, juizes, delegados, policiais, médicos do Sistema Único de Saúde fazem greve e não atendem aos apelos ou às ordens das supostas “autoridades”; as multas e intimações contra criminosos do trânsito se empilham nas repartições e eles continuam rodando e matando; crianças carentes rodeiam os semáforos, sem abrigo ou destino; aglomerados urbanos de tipo asiático se estendem pelas periferias das cidades, margens de córregos e pântanos; agressões catastróficas ao meio ambiente são praticadas à luz do dia; estelionatários do ensino armam arapucas para iludir jovens que sonham em progredir na vida. A lista poderia continuar por várias laudas.

Grande inovação de qualquer eleito seria reconstruir o Estado brasileiro nas suas atribuições fundamentais. O governo FHC inovou em pelo menos dois desafios: no combate à inflação crônica e no disciplinamento das contas públicas (em parte). Lula não inovou em nada do que desafiava e desafia o País. Evitou crises, sim, e melhorou o “trivial” do povo. Mas o “Brasil novo” que enche a fala de Dilma não tem nada de novo. Talvez um melhor atendimento de velhas carências. Mas não nos oferece um novo Estado, com um horizonte de esperança confiável, pois tudo pode mudar quando as instituições não são sólidas.

* JORNALISTA. E-MAIL: MARCOANTONIO.ROCHA@GRUPOESTADO.COM.BR